



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA

PIBID 2025-2026

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NAS ESCOLAS:

DIVERSIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE NA AMAZÔNIA

**PROTAGONISMO INFANTIL NO QUILOMBO:
A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA**

**Igarapé-Açu
2025**

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

**PROTAGONISMO INFANTIL NO QUILOMBO:
A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA.**

Luan Neves da Silva¹

Universidade do Estado do Pará\luanpedagogia22@gmail.com\Maracanã\Pará\Brasil

Sara Manoela de Souza e Silva²

Universidade do Estado do Pará\manoeลาสouza1225@gmail.com\Igarapé-Açu\Pará\Brasi

Alcione Santos de Souza³

Universidade do Estado do Pará\alcione.souza@uepa.br\Igarapé-Açu\Pará\Brasil

RESUMO:

Este artigo analisa a importância do protagonismo infantil no contexto da educação escolar quilombola, destacando como a escola pode se constituir em um espaço legítimo de construção identitária, valorização cultural e fortalecimento da autonomia das crianças. Considerando a predominância do adultocentrismo no ambiente escolar, o estudo discute a necessidade de reconhecer as crianças quilombolas como sujeitos ativos, portadores de saberes e de experiências que dialogam diretamente com a história, a cultura e a ancestralidade de suas comunidades. A pesquisa, fundamentada em revisão bibliográfica de grandes autores como: Arroyo (2012), Gomes (2017) e Munanga (2009) e em um estudo de caso realizado na Escola Municipal Lauro Alves Ramos, localizada na comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento (Igarapé-Açu/PA), evidencia que o protagonismo infantil se manifesta quando há práticas pedagógicas baseadas na escuta sensível, no diálogo, na contextualização curricular e na valorização dos saberes comunitários. Os resultados apontam que, apesar dos desafios estruturais e curriculares, as crianças assumem papel relevante na produção de conhecimento, reafirmando sua identidade quilombola e contribuindo para uma educação crítica, antirracista e emancipadora.

Palavras-chave: Protagonismo infantil. Educação escolar quilombola. Identidade Cultural. Resistência.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

I – INTRODUÇÃO

“As crianças produzem cultura, constroem sentidos sobre o mundo e participam ativamente dos contextos sociais nos quais estão inseridas” (MALAGUZZI, 1999). Grandes transformações sociais, tecnológicas e culturais têm impactado profundamente a maneira como as crianças se relacionam com o mundo e participam dos processos educativos. Nesse cenário, a discussão sobre o protagonismo infantil ganha relevância, especialmente no campo da educação básica, ao reconhecer a criança como sujeito histórico, cultural e social. Quando essa reflexão se insere no contexto da educação escolar quilombola, torna-se ainda mais significativa, pois as crianças também atuam como guardiãs e produtoras de saberes, transmitindo tradições por meio da oralidade, festejos, música, memória e formas próprias de organização social.

Neste contexto, o estudo é orientado pela seguinte pergunta principal de pesquisa: como o protagonismo infantil se manifesta no contexto da educação escolar quilombola e de que maneira as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola contribuem para a construção da identidade das crianças quilombolas?

A partir dessa questão central, estabelecem-se as seguintes questões norteadoras: De que forma as crianças quilombolas participam ativamente do processo de ensino e aprendizagem no cotidiano escolar? Como as práticas pedagógicas favorecem ou limitam o protagonismo infantil na escola no quilombo? e como a escola reconhece e valoriza os saberes, as vivências e a identidade cultural das crianças quilombolas?

A relevância deste estudo está no fato de que a educação escolar quilombola, enquanto política pública, ainda enfrenta desafios para consolidar práticas efetivamente antirracistas, contextualizadas e sensíveis às especificidades de cada comunidade. A implementação da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola exige que o currículo dialogue com as experiências reais dos estudantes, valorizando suas histórias, memórias e saberes.

A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e pesquisa de campo, este estudo parte da compreensão de Gil (2010), para quem a pesquisa é um processo sistemático voltado à resolução de problemas relevantes. Assim, o artigo examina como o protagonismo infantil, mesmo diante de limitações estruturais e curriculares, emerge como elemento fundamental para a construção de uma educação escolar quilombola crítica, democrática e emancipadora. Observa-se que, embora muitos materiais e orientações

pedagógicas da escola sede não dialoguem plenamente com a realidade local, professores e demais agentes escolares buscam flexibilizar o currículo e aproximá-lo das vivências das crianças, reafirmando o papel transformador da educação.

II – METODOLOGIA.

A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada, pois visa gerar conhecimentos voltados para a melhoria das práticas pedagógicas no contexto da educação escolar quilombola. Segundo Gil (2019), a pesquisa aplicada “busca solucionar problemas específicos por meio da produção de conhecimentos utilizáveis na prática”. Nesse sentido, compreender como o protagonismo infantil é reconhecido e estimulado na escola no quilombo permite aprofundar reflexões sobre processos formativos e contribuir para transformações concretas no cotidiano escolar. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois trabalha com significados, percepções, valores e interpretações produzidas pelos sujeitos envolvidos. De acordo com Minayo (2014), a pesquisa qualitativa investiga o universo simbólico, cultural e subjetivo das experiências humanas, permitindo compreender fenômenos em sua complexidade.

Em relação aos objetivos, o estudo possui caráter exploratório e descritivo. É exploratório porque aborda uma temática ainda pouco investigada no campo da educação escolar quilombola, que é a centralidade da voz e da participação infantil na escola. É descritivo por buscar detalhar práticas pedagógicas, relações, percepções e elementos culturais presentes no cotidiano escolar, oferecendo um panorama claro de como a instituição contribui para a construção identitária das crianças.

O estudo também se configura como um estudo de caso, que, de acordo com YIN, 2015, é uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos; e este estudo analisa em profundidade uma realidade específica: a turma multisseriada do 4º e 5º ano da Escola Municipal Lauro Alves Ramos, localizada na comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento. Essa escolha metodológica permitiu compreender singularidades, desafios e potencialidades dessa experiência educacional.

A investigação bibliográfica fundamentou-se em autores que discutem infância, educação escolar quilombola, identidade cultural e relações étnico-raciais, como Munanga (2009), Gomes (2017), Arroyo (2012), Bardin (2016), entre outros. Complementarmente, foram consideradas a Lei nº 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012), que orientam práticas educativas voltadas à valorização da cultura afro-brasileira e quilombola. A etapa de campo envolveu visitas e

observações diretas na escola analisada. A observação buscou identificar interações entre as crianças, práticas pedagógicas, atividades oficiais e manifestações culturais presentes no ambiente escolar. Segundo Lüdke e André (2013), a observação permite captar comportamentos e significados muitas vezes não expressos verbalmente, possibilitando uma compreensão aprofundada do contexto estudado.

A participação do pesquisador ocorreu de maneira ética e não interventiva, preservando a rotina escolar e respeitando os limites e especificidades do grupo. A pesquisa seguiu os princípios da Resolução nº 510/2016, a qual estabelece que “a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais deverá respeitar a dignidade e os direitos dos participantes, garantindo-lhes autonomia, confidencialidade e proteção contra quaisquer danos” (BRASIL, 2016), assegurando o anonimato, o consentimento livre e esclarecido e o direito de desistência dos participantes.

A análise dos dados foi realizada com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), seguindo três etapas fundamentais: Pré-análise – leitura inicial do material coletado, organização dos registros e definição dos eixos de estudo; Exploração do material – identificação de categorias temáticas emergentes a partir das observações, falas e registros; Tratamento e interpretação – articulação entre dados empíricos e referencial teórico, permitindo a construção de significados relacionados ao protagonismo infantil e à identidade quilombola.

As categorias finais de análise foram organizadas em torno dos eixos: Protagonismo infantil; Identidade cultural; Práticas pedagógicas; Ancestralidade e memória coletiva; Valorização da cultura quilombola.

O PROTAGONISMO INFANTIL NO QUILOMBO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

Durante muito tempo, a infância foi compreendida como uma etapa de incompletude, marcada pela incapacidade de participação social e política. No entanto, estudos contemporâneos sobre a sociologia da infância têm demonstrado que as crianças são sujeitas sociais competentes, capazes de interpretar, ressignificar e intervir ativamente nos contextos em que vivem (CORSARO, 2011). Especificamente no quilombo de Nossa Senhora do Livramento, em Igarapé-Açu, notamos que essa compreensão ganha contornos ainda mais complexos, pois as crianças não apenas aprendem, mas também preservam, recriam e transmitem saberes ancestrais fundamentais para a manutenção da identidade coletiva.

A Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Livramento, em Igarapé-Açu, Pará, é um território quilombola tradicional e titulado, conhecido pela forte presença feminina na

liderança e resistência, situado às margens do Rio Livramento (Maracanã), com atividades de subsistência como agricultura de mandioca e pesca, e que luta por direitos, valorização cultural e sustentabilidade, sendo um marco de identidade e empoderamento na Amazônia brasileira. Na escola Lauro Alves Ramos, situada no quilombo, essa produção cultural está diretamente vinculada às estas práticas comunitárias, às memórias familiares, às festas, e às formas próprias de organização social. Assim, quando a escola ignora essas dimensões, contribui para a negação da identidade quilombola; por outro lado, quando as valoriza, fortalece processos de pertencimento e resistência.

O protagonismo infantil no quilombo também se articula à ideia de participação como direito. A Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) afirma que toda criança tem o direito de expressar suas opiniões e de ser ouvida nos assuntos que lhe dizem respeito. Contudo, quando analisamos o currículo escolar que é fornecido à escola, vimos o quanto esse direito ainda é frequentemente. Para Kramer (2006), ouvir as crianças é um ato político, pois significa reconhecer sua humanidade, sua história e sua capacidade de produzir sentidos sobre o mundo.

No caso das crianças do quilombo, esse reconhecimento é ainda mais urgente, considerando o histórico de exclusão, racismo estrutural e invisibilização das populações negras no sistema educacional brasileiro. A escola, ao promover práticas que silenciavam as narrativas negras, contribuiu para a desvalorização das experiências quilombolas. Nesse sentido, um dos papéis deste trabalho, é que o protagonismo infantil seja compreendido como uma estratégia de enfrentamento a essas desigualdades raciais e como um caminho para a construção de uma educação antirracista.

Em nossas aulas sempre perguntamos quais assuntos e que tipos de atividades os alunos gostam de produzir, isso parece simples, mas dessa forma, estamos promovendo um papel de protagonismo para estes alunos, isso significa transformar a escola em um espaço de escuta, diálogo e construção coletiva do conhecimento. Ao assumir esse compromisso, a escola fortalece não apenas o desenvolvimento infantil, mas também a luta por justiça social, equidade racial e valorização das culturas tradicionais.

Na terceira semana de novembro de 2025, a escola promoveu uma semana pedagógica voltada ao processo de ensino-aprendizagem, com temáticas relacionadas ao Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Nesse contexto, buscamos ouvir as crianças e compreender suas percepções acerca da consciência negra, proporcionando um espaço de escuta no qual pudessem expressar livremente suas vivências, histórias e conhecimentos relacionados a esse tema, tão relevante e próximo de suas realidades. Durante as rodas de

conversa, que se mostraram momentos significativamente produtivos, as crianças foram convidadas a apresentar ideias e sugestões para a celebração da data. Entre as propostas destacaram-se brincadeiras e pinturas corporais que remetiam às culturas afro-brasileiras, evidenciando o reconhecimento e a valorização de elementos culturais presentes em seu cotidiano.

No dia 18 de novembro, data em que os integrantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) ficaram responsáveis pela condução das dinâmicas pedagógicas, foram desenvolvidas as atividades sugeridas pelas próprias crianças. Cada brincadeira foi planejada com intencionalidade pedagógica, favorecendo um processo de ensino e aprendizagem dialógico e participativo. As experiências vivenciadas nesse momento mostraram-se enriquecedoras para todos os envolvidos, conforme ilustrado nas figuras 1 e 2.



Figura 1 – Atividade de pintura proposta pelos alunos e desenvolvida pelos bolsistas do PIBID durante a semana da Consciência Negra.

Fonte: Acervo dos autores (2025).



Figura 2 – Bolsistas do Programa Institucional de Bolsas (PIBID), junto com os alunos do 4º e 5º ano na atividade sobre a Consciência negra.

II – RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Escola Municipal Lauro Alves Ramos, apresenta características marcantes que influenciam o processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma escola anexa, cuja sede

está situada na Vila de São Luiz, também no município de Igarapé-Açu. A turma observada é composta por 18 estudantes e organizada em regime multisseriado, contemplando alunos do 4º e 5º ano. Durante as observações e conversas realizadas com a professora responsável, constatou-se que grande parte dos materiais didáticos e propostas pedagógicas enviados pela escola sede não dialoga plenamente com a realidade sociocultural das crianças quilombolas. Segundo a docente, o conteúdo escolar muitas vezes apresenta uma perspectiva distante do cotidiano da comunidade, o que dificulta o reconhecimento cultural e limita o potencial pedagógico de valorização da identidade quilombola.

Conforme Arroyo (2011, p. 108), “os sujeitos do campo e das comunidades tradicionais têm direito a uma educação que reconheça seus territórios, suas culturas e suas formas de produzir a vida. Não se trata de adaptar o currículo, mas de reconhecer outros sujeitos históricos e seus saberes como legítimos”.

A partir dessa perspectiva, durante as observações realizadas na escola, verificou-se que os materiais didáticos encaminhados pela escola sede não dialogam plenamente com a realidade sociocultural das crianças quilombolas, apresentando conteúdos distantes do cotidiano da comunidade e limitando o fortalecimento da identidade local.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola estabelecem que essa modalidade de ensino deve fundamentar-se na memória coletiva, nas práticas culturais e na territorialidade das comunidades (BRASIL, 2012). Além disso, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino, visando à valorização da contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira. Entretanto, a análise do contexto observado evidencia que a efetivação dessas normativas ainda encontra desafios na prática pedagógica cotidiana, reforçando a necessidade de um currículo que reconheça e valorize os saberes produzidos no território quilombola.

Ao ser questionada sobre como trabalha esse currículo com as crianças do quilombo, a professora relatou que busca flexibilizar ao máximo as atividades, adaptando conteúdos e metodologias para que dialoguem com a cultura local. Em suas palavras: “é difícil, mas eu faço o máximo para que eles possam ter um bom ensino-aprendizagem”. Essa postura profissional demonstra esforço e sensibilidade pedagógica, mas também evidencia uma lacuna institucional, pois a valorização da cultura quilombola não deveria depender apenas da iniciativa individual da docente. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012) reforçam que a escola, como instituição, deve assumir

formalmente o compromisso de construir um currículo que represente a história e os saberes de seu povo.

A análise conjunta das falas de crianças e da professora revela que, embora exista abertura para a participação infantil, a estrutura escolar ainda mantém resquícios do adultocentrismo, que limita a presença ativa das crianças nas decisões pedagógicas. Para que o protagonismo infantil seja efetivamente valorizado, é necessário que a escola estabeleça mecanismos institucionais que garantam oportunidades de expressão, decisão e criação, conforme defendem Arroyo (2012) e Gomes (2017).

Outro ponto relevante identificado na pesquisa diz respeito ao papel da experiência pessoal da professora na adaptação curricular. Ao explicar como consegue aproximar os conteúdos da realidade das crianças, ela afirma que isso acontece porque “viveu a vida toda na comunidade e conhece bem a cultura local”. Embora essa vivência seja um importante ponto de partida, sua resposta evidencia uma fragilidade estrutural: a escola não dispõe de materiais pedagógicos fundamentados na cultura quilombola, e tampouco oferece formação continuada específica.

Nesse sentido, a escola precisa desenvolver propostas pedagógicas coletivas, sistematizadas e institucionalizadas, para que o trabalho não seja isolado ou eventual. A educação escolar quilombola, como afirmam Munanga (2009) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2012), deve promover práticas que expressem a identidade, a resistência e a história do território, fortalecendo o sentimento de pertencimento e garantindo que as crianças reconheçam sua ancestralidade como parte constitutiva de sua formação.

III.1 Práticas de Escuta e Protagonismo Infantil nas Intervenções Pedagógicas

As intervenções pedagógicas realizadas durante o estudo tiveram como eixo central a promoção do protagonismo infantil por meio de práticas de escuta sensível e diálogo. Foram ministradas duas aulas com a temática da consciência negra, buscando valorizar as raízes africanas e reconhecer a contribuição dos povos negros na formação do Brasil e na história da própria comunidade quilombola.

Cada encontro teve início com uma roda de conversa, considerada aqui como espaço potente de construção coletiva. As crianças foram convidadas a expressar suas opiniões, formular perguntas, propor estratégias e relacionar o tema com suas vivências. Essas rodas se mostraram fundamentais para estabelecer uma pedagogia dialógica, coerente com a perspectiva de Arroyo (2012), que defende que ouvir as crianças é reconhecer sua condição de sujeitos culturais.

Ao longo das atividades, observou-se que as crianças demonstraram forte vínculo com sua cultura, evidenciado nas músicas, histórias, memórias familiares e conhecimentos comunitários que compartilharam. Essas manifestações reforçam que a escola, quando abre espaço para a expressão infantil, amplia o sentimento de pertencimento e possibilita que a identidade quilombola seja vivenciada de forma positiva e afirmada no cotidiano escolar.

As metodologias participativas adotadas contribuíram diretamente para o desenvolvimento da autonomia, da criatividade e da autoconfiança dos estudantes. Ao perceberem que suas opiniões eram consideradas e incorporadas ao planejamento das atividades, as crianças assumiram papel de coautoras no processo de aprendizagem. Essa prática vai ao encontro do que defende Malaguzzi (1999), ao afirmar que as múltiplas linguagens da criança, oral, corporal, artística, emocional, devem ser valorizadas como expressão legítima de conhecimento.

Assim, os resultados evidenciam que ações baseadas no diálogo e na valorização dos saberes locais transformam a sala de aula em um espaço mais democrático, inclusivo e culturalmente significativo. Ao promover a escuta qualificada, a escola rompe com práticas excludentes historicamente impostas às infâncias quilombolas e avança na construção de uma educação crítica e antirracista.

Em síntese, o protagonismo infantil emergiu como elemento central na construção identitária das crianças, fortalecendo sua autoestima, seu sentimento de pertencimento e sua capacidade de analisar criticamente a realidade. A escola, quando reconhece e valoriza essas potencialidades, torna-se um território de resistência, memória e produção de saberes.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados, torna-se evidente que o protagonismo infantil no contexto da educação escolar quilombola constitui um elemento fundamental para o fortalecimento da identidade cultural, da autonomia e da consciência crítica das crianças. Mais do que uma estratégia pedagógica, o protagonismo se configura como um princípio ético e político que reconhece as crianças como sujeitos históricos, produtores de saberes e participantes legítimos da vida comunitária. A experiência vivenciada na Escola Municipal Lauro Alves Ramos demonstrou que, apesar das limitações estruturais, curriculares e pedagógicas, há um movimento crescente de transformação na forma como se compreende a infância quilombola. As falas da professora e das crianças revelam que a participação infantil já ocorre, ainda que de maneira restrita, e que há um desejo explícito por mais escuta, diálogo e abertura para que as crianças contribuam para a organização das práticas escolares. Essa demanda reforça a crítica ao adultocentrismo, discutida por Santiago e Faria (2015), e

evidência a necessidade de práticas mais democráticas que considerem as vozes, narrativas e experiências das crianças.

Os dados também apontam que muitas das práticas valorizadoras da cultura local dependem da iniciativa individual da professora, o que revela uma fragilidade institucional. A valorização da identidade quilombola no ambiente escolar deve ser uma responsabilidade coletiva e institucionalizada, e não apenas fruto das vivências pessoais de um único profissional. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012) reforçam que as redes de ensino devem garantir formação continuada, produção de materiais específicos e planejamento curricular voltado às especificidades de cada comunidade. Diante disso, compreende-se que o protagonismo infantil na escola quilombola somente se efetiva plenamente quando há um compromisso político e pedagógico que garanta às crianças espaços de expressão, participação e tomada de decisão.

Conclui-se, portanto, que a educação escolar quilombola deve ser entendida como um território de resistência, memória e afirmação identitária, no qual as práticas pedagógicas precisam valorizar a diversidade cultural e promover uma participação ativa das crianças. Fortalecer o protagonismo infantil significa, nesse contexto, contribuir para a construção de uma educação verdadeiramente democrática, antirracista e socialmente comprometida.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas explorem comparativamente outras escolas quilombolas, analisem o papel da formação docente nesse contexto e investiguem processos de participação infantil a partir de metodologias participativas e colaborativas. Tais aprofundamentos poderão ampliar a compreensão sobre a importância da escuta das infâncias e sobre a consolidação de práticas educativas que respeitem e potencializem os saberes produzidos pelas crianças quilombolas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília: MEC, 2012.

CORSARO, William A. *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade negra e formação de professores*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

KRAMER, Sonia. *Infância, cultura contemporânea e educação*. São Paulo: Cortez, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 2013.

MALAGUZZI, Loris. *As cem linguagens da criança*. Reggio Emilia Children, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Nova York, 1989.

SANTIAGO, Fátima; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. *Infâncias, culturas e educação: contribuições para a descolonização do currículo*. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, 2015.

